



JORNAL DA ANFIP-MG

ASSOCIAÇÃO DOS AUDITORES-FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MINAS GERAIS

Mala Direta
Básica

991236696/2014-DR/MG
ANFIP-MG

Correios



FECHAMENTO AUTORIZADO
PODE SER ABERTO PELA ECT

ANO 37 | Julho / Agosto / Setembro de 2019 | Nº 234 | www.anfipmg.org.br



MOBILIZAÇÃO

AUDITORES PROTESTAM CONTRA ATAQUES À CATEGORIA

Os Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil estão mobilizados contra os ataques que a categoria e o órgão vêm sofrendo nos últimos dias, pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Entenda. (PÁGINA 8)



NOVO PRESIDENTE DA ANFIP É MINEIRO

Depois de 33 anos, Associação Nacional volta a ter um presidente de Minas Gerais. Décio Bruno Lopes estará à frente da entidade no biênio 2019/2021.

(PÁGINA 3)



FESTA JUNINA

A XIX edição do tradicional evento da ANFIP-MG aconteceu no dia 06/07/2019. Veja como foi!

(PÁGINAS 4 e 5)



BÔNUS DE EFICIÊNCIA

TCU estabelece prazo para que governo apresente fonte de pagamento da parcela.

(PÁGINA 9)



REFORMA TRIBUTÁRIA

Frente Parlamentar Mista promove seminário sobre o tema na Fecomércio/MG.

(PÁGINA 11)



REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Em seminário, especialistas esclarecem ameaças aos servidores públicos.

(PÁGINA 12)

FESTA DE ANIVERSARIANTES

Comemoração de quem nasceu entre maio e agosto aconteceu no dia 30/08/19. Veja!

(PÁGINA 6)

EDITORIAL

TOMANDO DE ASSALTO

O que prevê a PEC 6/2019 (reforma da Previdência) é um tremendo assalto aos trabalhadores de modo geral e, especialmente, aos servidores públicos. Para começar, essa proposta não fala dos grandes devedores da Previdência, além de não tocar nos direitos previdenciários dos militares. O alvo somos nós, servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada.

Para exemplificar, com 20 anos de contribuição, os novos trabalhadores comuns da iniciativa privada só se aposentarão com 60% da média dos salários de contribuição, embora esse trecho do texto possa ser alterado pela chamada PEC Paralela. Ela considera 15 anos de contribuição para todos os trabalhadores do Regime Geral e não apenas para os que ingressarem no mercado de trabalho a partir da promulgação da matéria. Contudo, aposentadoria integral, só para quem comprovar pelo menos 40 anos de contribuição.

O servidor público, por sua vez, só se aposentará se tiver, no mínimo, 25 anos de contribuição. Para aposentar-se com 100% do seu salário, tem que comprovar pelo menos 40 anos de contribuição. Além disso, sua contribuição poderá chegar a 22% da remuneração (progressividade).

Aposentadorias, tanto para servidores quanto para trabalhadores da iniciativa privada, só serão alcançadas, em sua integralidade, se o beneficiário estiver com seus setenta e poucos anos de idade. Outras alterações altamente danosas irão atingir de cheio o cálculo de pensão por morte e de aposentadoria por invalidez.

Pinçamos quase aleatoriamente apenas essas agressões aos trabalhadores, não no intuito de prover o colega de informações bastantes, mas tão somente para convidá-lo a refletir, a acompanhar o que se passa em Brasília, a acessar os sites que focam esses assuntos, inclusive

o da ANFIP-MG.

O momento é de assalto aos direitos. É natural que cada categoria atingida se entrincheire com seus pares na defesa específica de seus direitos. Entretanto, só a soma das reações dos diversos setores atingidos poderá constituir força capaz de deter os ataques de que somos todos vítimas.

Ameaças à Previdência Social estão no mesmo bojo da destruição dos direitos trabalhistas e do aplainamento das condições que facilitem outros assaltos, incluindo aí os praticados via corrupção institucionalizada. As investidas contra o Coaf, contra a Receita Federal do Brasil como um todo, contra a Polícia Federal, contra os Procuradores, mais o suicídio moral do STF, tudo isso nasce da mesma fonte e se atira ameaçadoramente sobre nós que, na realidade, somos este país. Se unidos reagirmos, ainda podemos minorar, pelo menos um pouco, esse estrago.

ALTERAÇÕES NO BALANÇO PATRIMONIAL 2018

A ANFIP-MG informa que houve as seguintes alterações no Balanço Patrimonial, que foi encartado na edição nº 233 do Jornal da ANFIP-MG:

Na primeira tabela, Balanço Sintético Final, localizada na página 2, em Ativo Circulante, na linha 6, onde se lê BB RF Simples Sem Restrição, a redação passa a ser **BB RF Simples Sem Restrição – despesas correntes.**

Ainda na primeira tabela, em Ativo Não Circulante, na linha 15, onde se lê Aplicação Financeira Recursos Com Restrição, a redação passa a ser **Aplicação Financeira Recursos Com Restrição (Fumed, Funfip, Funfapea Ativos, Funfapea Apos. e Pens.).**

Na página 6, o texto disposto logo abaixo da tabela referente a Créditos a Receber (item 5), foi deslocado para o final do item 7 (APLICAÇÃO FINANCEIRA A LONGO PRAZO), imediatamente antes do item 8. No mesmo texto (deslocado), foi dado destaque em negrito ao seguinte trecho:

Funfapea Ativos: R\$ 58.523,51 –

Caderneta de poupança Banco do Brasil. Funfapea Aposentados e Pensionistas: R\$ 53.330,58 – Caderneta de poupança Caixa Econômica Federal.

Total Aplicação Financeira de Recursos com Restrição – R\$ 439.900,50.

No item 7 (APLICAÇÃO FINANCEIRA A LONGO PRAZO), no segundo parágrafo, onde se lê BB Ref DI LP 50 MIL, a redação passa a ser **BB Ref DI LP 50 MIL (renomeado pelo BB para BB Ref DI LP 30 MIL).**

Consequentemente, logo após o texto, ainda na página 6, o trecho destacado com o nome da aplicação Funfip passa a ter a seguinte redação: **BB Ref DI LP 30 Mil – Funfip: R\$ 224.660,62.**

As notas explicativas do balanço com as alterações feitas poderão ser consultadas no endereço <http://bit.ly/2ktQh9n> ou na sede da Associação.

JORNAL DA ANFIP-MG

Órgão Informativo da Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil em Minas Gerais - ANFIP-MG

Fundador: Benedito César

CONSELHO EXECUTIVO

Titulares

Ana Maria Morais da Silva
Presidente

Afonso Ligório de Faria
Vice-Presidente Executivo

Lázaro Idino Bagliano
Vice-Presidente de Administração

Cássio José de Oliveira
Vice-Presidente de Finanças e Patrimônio

Ilva Maria Franca Lauria
Vice-Presidente de Políticas de Classe e Cultura Profissional

José Geraldo Heleno
Vice-Presidente de Comunicação e Relações Públicas

Maria Lisboa Macedo
Vice-Presidente de Aposentados e Pensionistas e Serviços Assistenciais

Maria de Fátima Carvalho Ponzio
Vice-Presidente de Esportes e Eventos Sociais

Marcos Barbonaglia da Silva
Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos

Suplentes

Maria José Comanduci
1º Suplente

Walter Gandi Delogo
2º Suplente

Maria da Consolação dos S. Oliveira
3º Suplente

Mário Borges do Amaral
4º Suplente

Maria Geralda Vitor
5º Suplente

CONSELHO FISCAL

Titulares

Gabriel da Silva Neto
Presidente

Paulo Sérgio Lages
Coordenador

Eliana de Oliveira Santos Ramos
Relatora

Suplentes

Júnia Garcia de Mello Fróes
1º suplente

Expedito Antunes Gomes
2º suplente

Geralda Elizabete S. Castro Gilberto
3º suplente

REPRESENTANTES ANFIP-MG

Albertina Maria Fonseca
(Sete Lagoas)

Bernadette Mourão Duarte
(Belo Horizonte)

Gabriel da Silva Neto
(Contagem)

Lázaro Idino Bagliano
(Gov. Valadares)

Luiz Roberto Aguiar
(Uberaba)

Marcos Barbonaglia da Silva
(Poços de Caldas)

Maria do Carmo Lacerda
(Divinópolis)

Maria Regina de Souza
(Varginha)

Conselho Editorial

Ana Maria Morais da Silva, Afonso Ligório de Faria, José Geraldo Heleno, Ilva Franca e Márcio Soares Pereira.

Jornalista responsável:

Giuliano Peixoto
(Reg. Prof. MG 15069 JP)

Fotos e editoração eletrônica:

Giuliano Peixoto

Tiragem: 900 exemplares

Fale com a ANFIP-MG:

(31) 3201-3582 | Fax: (31) 3201-4829

Email: anfipmg@anfipmg.org.br

Site: www.anfipmg.org.br

Facebook: www.facebook.com/anfipmg

End.: Rua Carijós, 150, 7º Andar, Centro, Belo Horizonte-MG

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, a opinião do jornal ou da ANFIP-MG.

FALE CONOSCO

www.anfipmg.org.br

[@ anfipmg@anfipmg.org.br](mailto:anfipmg@anfipmg.org.br)

www.facebook.com/anfipmg

(31) 3201-3582

NACIONAL

ANFIP TEM PRESIDENTE MINEIRO DEPOIS DE 33 ANOS

A gestão da ANFIP no biênio 2019/2021 terá um presidente mineiro após 33 anos, desde quando Cyro Moraes da Franca conduziu as atividades da Associação (1985-1986).

Agora, Décio Bruno Lopes tem a missão de dar continuidade ao trabalho desenvolvido pela Entidade e manter sua tradição de quase 70 anos e excelência na defesa dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, da Seguridade Social e da Justiça Fiscal.

A reunião para assinatura do Termo de Posse dos novos integrantes dos Conselhos Executivo e Fiscal da ANFIP aconteceu no dia 31/07/2019, no Hotel San Marco, em Brasília. A sessão foi conduzida pela coordenadora do Conselho de Representantes, Dulce Wilennbrig de Lima.

Também fazem parte do Conselho Executivo mais 15 Auditores Fiscais, ativos e aposentados, que irão exercer as Vice-presidências da Entidade, e os suplentes que representam as regiões do país (veja a relação no endereço bit.ly/2ZIJPUu).

Para o Conselho Fiscal, tomaram posse como titulares Assunta Di Dea Bergamasco (SP), Maria Inez Rezende dos Santos Maranhão (GO) e Maria Gorete de Sousa Ramalho Medeiros (PE), além dos suplentes Lourival de Melo Lobo (PI), Marinalva Azevedo de Santos Braghini (SP) e Waltoedson Dourado de Arruda (DF).

Além de membros do Conselho Executivo da ANFIP-MG, vários associados mineiros estiveram presentes na solenidade.

DEFESA DA CATEGORIA E DE BANDEIRAS SOCIAIS

Em seu discurso na solenidade de posse, que também aconteceu no dia 31/07/2019, Décio Bruno Lopes reafirmou o compromisso



em defender não só os direitos e garantias dos associados, como também as principais bandeiras sociais, como uma Previdência Social pública e solidária e um sistema tributário que garanta a justiça fiscal. Também garantiu respeitar as decisões colegiadas das instâncias máximas da Associação. “Se chegamos até aqui é porque a nossa estrutura de gestão, formada por esses três conselhos, foi capaz de construir uma Associação forte e atuante. Várias pessoas já passaram por essas cadeiras e vamos continuar unidos, construindo uma relação amistosa cada vez mais integrada e participativa”, disse, ao repudiar a polaridade tão marcante que as pessoas estão vivendo nos últimos tempos.

Ele também destacou algumas diretrizes dos próximos anos, dentre elas o controle rigoroso de processos judiciais, com implantação de mecanismos capazes de tornar o Departamento Jurídico mais transparente, saneado, ágil e eficaz. Também será reforçada a defesa da Receita Federal do Brasil, da carreira Tributária e Aduaneira e do cargo de Auditor Fiscal. “Manteremos a defesa intransigente da paridade, do direito adquirido e da remuneração sob a forma de subsídio, com a incorporação do Bônus de Eficiência”, afirmou.

Sobre a Previdência, Décio Lopes destacou que a Entidade continuará atuando no contraponto do debate. “É preciso ficar claro que não somos contra reformas. A ANFIP defende reformas que otimizem a arrecadação, que evitem desonerações e renúncias fiscais, que fortaleçam o caixa da Seguridade e da Previdência”, frisou.

A Reforma Tributária Solidária também foi lembrada em seus compromissos. Para o presidente, o

projeto realizado em parceria com a Fenafisco (Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital) conquistou o seu caminho e hoje espalha não só informação como conhecimento sobre esse complexo sistema. “Certo é que não existe Estado sem tributação, e neste sentido, o projeto prevê um sistema tributário menos regressivo e baseado no princípio da capacidade contributiva”, enfatizou.

Para finalizar, Décio reafirmou que o compromisso depositado pelo associado será cumprido. “A nossa chapa, União e Trabalho, é composta de associados que comungam o mesmo objetivo em defesa

do interesse de seus associados. Nós vamos conquistar uma ANFIP cada vez mais comprometida, unida e aberta ao diálogo de maneira construtiva.”

CUMPRIMENTO DO ESTATUTO À RISCA E AGRADECIMENTOS

Em seu pronunciamento durante a reunião para assinatura do termo de posse, Décio ressaltou que a nova gestão cumprirá rigorosamente o Estatuto da Entidade, ressaltando o encerramento do processo eleitoral. “Daremos, efetivamente, cumprimento àquilo que for aprovado pelas instâncias máximas da nossa Entidade. Àquilo que temos como ‘bíblia’, o nosso estatuto, que define o nosso funcionamento: órgãos estatutários e decisões colegiadas. Garanto a vocês, que ‘Décio Bruno Lopes’ não assinará nenhum documento que não esteja de acordo com as decisões do Conselho Executivo e, observadas as competências estatutárias, em consonância com o Conselho Fiscal e Conselho de Representantes. Tenho certeza que as nossas relações serão sempre amistosas”.

O presidente eleito também agradeceu todo o apoio recebido durante as eleições e falou da dedicação que sempre teve com a Entidade. “Quero deixar um abraço a todos aqueles que nos apoiaram e que, de uma maneira ou de outra, trabalharam para que nós tivéssemos sucesso. Estamos muito felizes por essa votação”, acrescentou.

Por fim, falou sobre o desejo de formar uma legião nacional em defesa da ANFIP. “Os 16 integrantes do Conselho Executivo estarão à frente, mas, estaremos todos empenhados nessa legião nacional de associados para salvação e manutenção da nossa ANFIP, da ANFIP que nós conhecemos, para o associado, para anfiplanos, ANFIP família, ANFIP nós!”, afirmou o novo presidente. (Com informações da ANFIP)





Em clima de muita alegria, animação e com bela decoração, a ANFIP-MG realizou, no dia 6 de julho de 2019, no restaurante Maria das Tranças — um espaço amplo e aconchegante —, em BH/MG, a décima nona edição de sua festa junina.

Quase duzentas pessoas prestigiaram o evento — entre associados, familiares e convidados —, que contou com o animado forró capitaneado pelo associado Ailton Botelho e sua banda Jequitilavras.

Os músicos embalsamaram seguidos clássicos do cancionário popular, com destaque para a maior influência de Botelho, o majestoso Luiz Gonzaga.

Mais ao final da festa, os convidados

se renderam a uma animada quadrilha, também conduzida pela banda.

A presidente do Conselho Executivo da ANFIP-MG, Ana Maria Morais da Silva, cumprimentou o público presente, dando boas vindas e expressando sua felicidade e satisfação pela presença de todos.

“A Festa Junina da ANFIP-MG já é uma tradição. Essa é a nossa décima nona edição e pretendemos fazer muitas outras. Fizemos esse evento com muito carinho para vocês e estamos aqui agradecendo a presença de todos, dos Auditores-Fiscais, seus familiares e convidados. Aproveitem!”, exaltou.



XIX FESTA ANFIP



ANFIP-MG APOIA FESTA JUNINA DA DRF-BHE

Em alto astral, os servidores da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte (DRF-BHE), confraternizaram-se na festa junina da delegacia, realizada no dia 14/06/2019, no prédio do órgão, na capital mineira.

O evento contou com apoio e participação da ANFIP-MG, que foi representada pela vice-presidente de Política de Classe, Ilva Franca, e pelo vice-presidente de Finanças e Patrimônio, Cássio Oliveira.





XO A JUNINA P-MG



ASSOCIADOS COMEMORAM ANIVERSÁRIO EM ANIMADA FESTA

Evento contou com homenagem ao presidente da ANFIP, o mineiro Décio Bruno Lopes

Aconteceu no dia 30 de agosto de 2019, no Salão Lúcio Avelino, na sede da ANFIP-MG, a Festa dos Aniversariantes que nasceram nos meses de maio a agosto. Na ocasião também foi celebrado o Dia dos Pais.

Cerca de 110 pessoas prestigiaram o evento, que contou com a excelente performance do cantor **SandroAlex Show e Eventos**. Apresentando canções de estilos variados, o músico embalou os convidados na pista de dança, que ficou pequena para tamanha animação.

Presenças bastante festejadas foram as de um dos fundadores da Associação, José Lamacié Ferreira (97 anos), e de Jesu de Oliveira Magalhães (88 anos), que há algum tempo não comparecia às comemorações de aniversário.



e a nossa vitória. Sabemos que não é fácil a luta de conduzir as ações da ANFIP na defesa dos Auditores-Fiscais, da justiça fiscal e da Seguridade Social. Por isso, agradecemos o seu empenho e coragem de encarar esse desafio, especialmente num momento em que nossa categoria vem sofrendo tantos ataques e ingerências políticas. Em nome da ANFIP-MG, conte conosco, porque nós contamos com você!", ressaltou.

Em seguida, ela entregou uma placa a Décio Bruno Lopes e um buquê de flores à esposa do homenageado, Maria Silvia Pereira Lopes.

Por sua vez, Décio disse estar muito feliz por "representar os Auditores-Fiscais, todos aqueles que são o motivo de existência da nossa Entidade e o motivo de estarmos diuturnamente lutando por aquilo que sempre quisemos e sempre lutamos para ser, uma categoria respeitada e uma entidade de administração

tributária forte, que realmente respeite os direitos e os deveres dos contribuintes" afirmou.

Décio disse ainda que, enquanto Auditores-Fiscais, responsáveis pelo financiamento do país, "não podemos prescindir de uma administração tributária sólida e responsável na gestão dos recursos que fazem face aos serviços que o Brasil precisa prestar à sua população", observou.

Segundo ele, a ANFIP tem sido reconhecida como uma entidade de utilidade pública e não apenas voltada aos interesses corporativos. Como afirmou, é nesses termos que a Entidade será conduzida, especialmente em sua atuação no Congresso

Nacional.

Por fim, agradeceu pela oportunidade de representar a categoria e reiterou o trabalho que começa a ser desenvolvido. "Muito obrigado por vocês terem nos dado a oportunidade de representá-los. Obviamente, qualquer que fosse o nosso representante, deveríamos apoiá-lo. E eu digo sempre aos nossos colegas de todo o Brasil: não serão apenas 16 conselheiros que vão conduzir a ANFIP. A Associação será o que ela sempre foi com o apoio de todos os associados. Portanto, contamos com todos vocês. Estamos em Brasília diuturnamente trabalhando para que tenhamos a ANFIP que sempre tivemos e a ANFIP que queremos, com responsabilidade e respeito", exaltou.

Confira a galeria de fotos da festa no endereço bit.ly/2IX1710.

HOMENAGEM AO PRESIDENTE MINEIRO DA ANFIP

Durante a Festa de Aniversariantes, a ANFIP-MG prestou homenagem ao mineiro Décio Bruno Lopes, que acabou de se eleger presidente da ANFIP Nacional.

Conduzindo a homenagem, a presidente do Conselho Executivo da ANFIP-MG, Ana Maria Moraes da Silva, exaltou a conquista de Décio Lopes, desejou sucesso e reiterou o apoio da entidade estadual à nova gestão da Nacional. "É um orgulho muito grande para todos nós brindar com você a sua conquista



BERNADETTE MOURÃO E AILTON BOTELHO ENCANTAM NO AUDITOR TALENTO MUSICAL



Os Auditores-Fiscais Bernadette Mourão Duarte e Aílton Botelho fizeram um show memorável pelo Auditor Talento Musical, em parceria com o projeto Em Cartaz, no Cine Theatro Brasil, no dia 28 de junho de 2019. A apresentação, que contou com a presença de mais de cem pessoas, entre colegas, amigos e familiares dos artistas, teve a produção cultural de Luiz Trópia.

Bernadette Mourão abriu o espetáculo interpretando relíquias da MPB, acompanhada pelos músicos Leandro Aguiar (violão), que assumiu também a direção musical; Evaldo

Milagres (“percuteria”); Paulo Moreira (baixo); e Fred Guimarães (acordeom). Houve ainda, na primeira parte do show, a participação especial do Auditor-Fiscal Paulinho Faria, com seu magistral piano.

Depois de apresentar sete belas canções — sendo que uma contou com a participação de seu filho, Fernando Duarte, caracterizado de Raul Seixas, com a antológica Gita (Raul Seixas/Paulo Coelho) —, Bernadette chamou ao palco Ailton Botelho para fazer a sua parte do show, que também foi acompanhado, em algumas músicas, pelos mesmos instrumentis-

tas mencionados, bem como apresentou, com seu inseparável violão, outras canções de sua autoria e de autores do Vale do Jequitinhonha, sua terra natal, à qual prestou homenagem.

Ailton Botelho teve a participação especialíssima de sua filha, Isis Botelho, de 10 anos de idade, que encantou o público cantando algumas músicas junto ao seu pai.

Ao final, Bernadette Mourão e Ailton Botelho apresentaram, juntos, duas canções, merecendo o aplauso caloroso de todos os presentes.

Confira a matéria completa no endereço <http://bit.ly/2lya9so>.



EQUIPE DA DRF VARGINHA VENCE TORNEIO DE FUTEBOL SOCIETY



A equipe da DRF Varginha venceu, no dia 24/08/2019, a equipe do Cefet e sagrou-se campeã do Torneio de Futebol Society em comemoração dos 50 anos da Delegacia (1969 - 2019). A disputa aconteceu no campo do 24º

Batalhão da Polícia Militar, em Varginha/MG.

Durante o evento, que contou com o apoio e o patrocínio da ANFIP-MG e da ANFIP, foi prestada uma homenagem ao ex-delegado Aluízio Fernandes (1974-1982), que comemo-

ra 94 anos de idade.

Os servidores públicos dos dois órgãos promoveram a tradicional integração anual.

Além de ativos e aposentados da DRF Varginha e suas agências, também participaram os seguintes ex-servidores da delegacia: Luiz Gonzaga Ventura Leite Júnior (SRRF - 8ª RF); Renato Cândido Bueno (DELEX-SP) e Anderson Luiz da Silva (DRF Poços de Caldas).

A ANFIP-MG enaltece e parabeniza a equipe da DRF Varginha por mais esse título!



MOBILIZAÇÃO

“NINGUÉM ESTÁ ACIMA DA LEI!”



Auditores-Fiscais reuniram-se no hall de entrada da Delegacia da Receita Federal na capital mineira (DRF-BHE). Movimento aconteceu em todo o país.



Sob essa expressão de ordem, a ANFIP-MG participou do **Dia Nacional do Luto**, mobilização organizada pela DS BH - Sindifisco Nacional que aconteceu no dia 21/08/2019, em todo o país, em que os Auditores-Fiscais protestaram contra os ataques que vêm sendo perpetrados contra a categoria e a Receita Federal do Brasil. Em BH, o ato aconteceu na Delegacia da Receita (DRF-BHE), localizada no bairro Santo Agostinho.

Representaram a Associação a presidente do Conselho Executivo (CE), Ana Maria Morais da Silva; e os vice-presidentes Afonso Ligório de Faria (Executivo); Cássio José de Oliveira (Finanças e Patrimônio); Ilva Maria Franca Lauria (Política de Classe e Cultura Profissional); e Maria de Fátima Carvalho Ponzó (Esportes e Eventos Sociais); bem como a suplente do CE, Maria José Comanduci, além de vários associados.

Os manifestantes repudiaram, veementemente, o afastamento, pelo STF, dos dois Auditores-Fiscais de Vitória/ES que, com base em planejamento fiscal, utilizando critérios técnicos e impessoais, por meio de apuração informatizada, estavam fiscalizando cerca de 133 contribuintes e alcançaram, surpreendentemente, um ministro do STF e seus familiares.

Eles também protestaram contra a interferência política no órgão feita pelo Palácio do Planalto, que ordenou a substituição de dirigentes no Rio de Janeiro sob justificativa de que estariam agindo por interesse político. De acordo com o jornal Estado de São Paulo, o próprio presidente da República teria reclamado “sobre as investidas do órgão contra seus

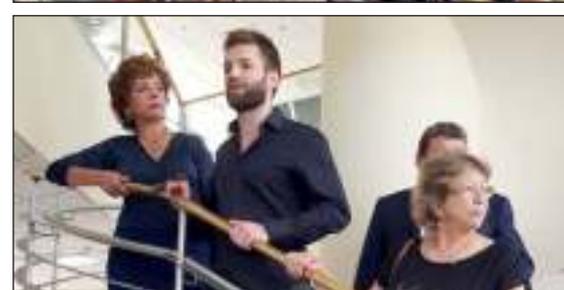
familiares, o que chamou de devassa”.

Por fim, os Auditores não aceitam uma possível transformação da Receita Federal em autarquia, o que foi aventado depois dos acontecimentos recentes. Segundo o governo, a justificativa é blindar o órgão contra pressões políticas. No entanto, a categoria diz que a mudança provocaria exatamente o contrário, ou seja, permitiria o aparelhamento do órgão ao sabor dos interesses dos governos de ocasião.

A vice-presidente de Política de Classe da ANFIP-MG, Ilva Franca, conclamou a catego-

ria a se unir para lutar contra os ataques que a Receita vem sofrendo. “Primeiro, pisaram no nosso jardim, lá na Campanha Salarial [de 2015], quando não cumpriram o acordo. E nós ficamos nas redes sociais achando que ainda éramos autoridades. Depois, quiseram retirar nossas atribuições, especialmente com a MP 871/19, quando tentaram inserir no texto dispositivo que dispunha sobre isso. Mas nós lutamos e conseguimos mantê-las. Agora, o que estão querendo é politizar a Receita Federal do Brasil, tomar conta dela. Isso não podemos permitir. Não adianta só acompanhar e opinar pelas redes sociais. Elas são ótimas para divulgarmos as coisas que estão acontecendo. Mas temos que arregañar as mangas se quisermos manter a nossa dignidade, nossas atribuições e a Receita Federal do Brasil. Temos que nos unir e participarmos das mobilizações, não só opinando e criticando as entidades representativas. Se estamos desse jeito é porque permitimos”, alertou.

Assista a alguns dos depoimentos e leia a matéria completa no endereço <http://bit.ly/2k0nJnU>.



› BÔNUS DE EFICIÊNCIA

TCU ESTABELECE PRAZO PARA GOVERNO APRESENTAR FONTE DE PAGAMENTO

Em sessão plenária realizada no dia 21/08/2019, o Tribunal de Contas da União, seguindo o voto do relator do processo TC nº 05.283/2019-1, ministro Bruno Dantas, decidiu que o Ministério da Economia terá um prazo de 30 dias, prorrogáveis para até 90 dias, para apresentar, por meio de proposta de lei, a regulamentação do Bônus de Eficiência pago aos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Auditores Fiscais do Trabalho e Analistas Tributários.

O objetivo é que o governo apresente uma fonte de receita compensatória para a continuidade do pagamento do bônus às carreiras. Segundo entendimento do TCU, sem apresentar uma contrapartida pela renúncia de receitas representada pelo pagamento do bônus aos Auditores e Analistas, o governo estará infringindo a Lei de Responsabilidade Fiscal.



Representantes da ANFIP acompanham o julgamento do Bônus no TCU. Dentre eles, os associados mineiros Margot Alvarenga e Mário Kon.

É importante ressaltar que a parcela fixa legal do Bônus de Eficiência vai continuar sendo paga aos servidores.

A ANFIP segue atenta no acompanhamento

da questão e no alinhamento de argumentos que confirmem o direito do pagamento do Bônus de Eficiência a todos de forma paritária, além de que seguirá vigilante aos próximos passos do governo na regulamentação do Bônus de Eficiência.

A sessão plenária foi acompanhada pelos vice-presidentes da ANFIP José Avelino da Silva Neto (Assuntos Parlamentares) e José Arinaldo Gonçalves Ferreira (Política de Classe e Salarial), pela presidente da ANFIP-RJ, Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade, e pelos associados Beatriz Cristina Lomar (RJ), Carlos José de Castro (GO), Margot Andrade Silva de Alvarenga (MG), Mário Toshio Kon (MG), Marleide Lacerda Franca (SP) e Valdir Francelino do Prado (SP).

REFORMA DA PREVIDÊNCIA CAMINHA NO CONGRESSO

Depois de ser aprovada em dois turnos na Câmara dos Deputados (em 07/08/19) e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), do Senado Federal (em 04/09/19), a PEC 6/2019 (reforma da Previdência) foi encaminhada ao Plenário da Casa, onde a votação acontece em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, 3/5 dos votos dos senadores. A previsão é que o processo seja concluído até 10 de outubro.

O relator da matéria no Senado, Tasso Jereissati (PSDB/CE), deu parecer favorável, no dia 28/08/19, ao texto aprovado na Câmara (confira no endereço <http://bit.ly/2jWcUD9>) defendendo a aprovação da proposta, sob a justificativa de frear o déficit orçamentário e para que os direitos sociais continuem a ser garantidos no futuro. No dia 03/09/19, o relator complementou o voto, sugerindo mudanças pontuais.

Tendo em vista o referido argumento, é curioso que os esforços tenham de recair sempre sobre as costas daqueles que menos suportam, em detrimento dos privilegiados da elite financeira. E é razoável imaginar que os privilegiados não são os que supostamente possuem maior capacidade, mas que, no entanto, ainda permanecem sob a condição de assalariados (como os servidores públicos), não constituindo a classe dos mais ricos da sociedade brasileira (empresários e rentistas).

O ponto sensível, na verdade, são os grandes devedores da Previdência, as desonerações, sonegações e, especialmente, que, antes de tudo, é necessário haver uma reforma

tributária que combata a crescente desigualdade social.

Segundo analisou a economista e professora da UFRJ, Denise Gentil, em audiência pública realizada na ALMG, em maio/2019, os principais argumentos utilizados pelo governo para justificar a reforma da Previdência são “altamente manipuladores, ‘viesados’, que usam dados propositalmente seletivos, forjados para criar o terror na população a respeito do déficit público, para manipular o medo da população a respeito de uma velhice desamparada. É um discurso para calar os opositores, para imobilizar os indecisos”, afirmou.

Denise Gentil ataca o suposto déficit da Previdência, alegando que, por anos a fio, ela auferiu superávit, por exemplo, de cerca de R\$ 957 bilhões, entre 2005 e 2015 (“para onde foi esse recurso? Por que esse superávit não foi armazenado num fundo para que, no momento de um ciclo econômico ruim como o que estamos vivendo, esses recursos não pudessem ser usados?”); a dívida ativa previdenciária que empresários têm com a Previdência, de cerca de R\$ 427 bilhões; as desonerações tributárias (uma ausência de R\$ 283 bilhões de receita, sendo que 52% são recursos pertencentes à Seguridade Social); a renúncia proveniente do Repetro, que é a dívida das empresas petrolíferas [concedida pelo ex-presidente Michel Temer], cujo valor chega a um trilhão de reais até 2040; a sonegação de receitas da Seguridade, que chega a R\$ 500 bilhões por ano; e a DRU, no montante de R\$ 100,4 bilhões até 2017.

Ela também afirma que a reforma da Pre-

vidência não fará o ajuste fiscal que o governo alardeia. “O objetivo não é esse. A proposta é privilegiar o sistema financeiro e fazer um estado mínimo, que vai proporcionar um ‘austericídio’ [combinação do suicídio com austeridade] para a grande maioria dos trabalhadores brasileiros”, disse.

Voltando à tramitação da PEC 6/2019, na CCJC foi formalizada a PEC Paralela — que deve versar sobre a inclusão de estados e municípios nas novas regras — e foi aprovado destaque que estabelece que a pensão por morte não pode ser inferior a um salário mínimo (atualmente, R\$ 998). Ainda nessa PEC, poderá constar a redução do tempo mínimo de contribuição de 20 para 15 anos para todos os homens e não apenas para os que já estão no mercado de trabalho, conforme previa o texto aprovado na Câmara.

Em mobilização ocorrida no dia 03/09/19, no Senado, pela Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, o presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, criticou a reforma da Previdência, em tramitação no Senado, alegando que “não somos contra reforma de Previdência, nós somos contra a PEC 6/2019, que desmonta a Previdência Social, os direitos sociais, a Seguridade Social. A Previdência é patrimônio do povo brasileiro, sem essa política muitos municípios nem mesmo existiriam. O trabalhador está sendo massacrado nessa PEC 6/2019, mas não é só o servidor público, são todas as categorias de trabalhadores, toda a sociedade brasileira é atingida”

ANIVERSARIANTES

SETEMBRO

José Viana de Oliveira Filho.....01	José Sérgio de Andrade.....09	Maria Elizabeth de Faria Kindlé.....16	Vinicius Alves da Cruz.....23
Mário Lúcio da Cunha.....01	Lêda Maria Mascarenhas Rocha.....09	Márcia Grossi de Mattos.....17	Zelita Vidal de Freitas.....23
Eponina de Quadros Moreira.....02	Andrea Mourão Vorcaro Toledo.....11	Sandra Maria Ricaldoni Lima.....17	Maria Aparecida Borges Lara.....24
Maria Laurita dos Santos.....03	Lamarck Carvalho Reis.....11	Cléa Márcia de Almeida.....18	Beatriz Campos Brasil da Fonseca.....25
Otília Gonzalez Ferreira.....03	Sebastião Bolívar Guerra Lage.....11	Fernando Mota Moura.....18	Maria do Céu Alvarenga.....25
Pedro Baliana Neto.....03	Lady Aparecida Machado Coutinho.....12	Maria das Graças Miranda Horta.....18	Sérgio Fontes Bessa.....25
Helena Silva Alves.....04	Maria de Fátima Vital.....12	Teresa Cristina de Faria e Silva.....18	Simone Gomes de Faria.....25
Maria Elvira Ogliaro.....04	Maurilio Carneiro Coura.....13	Maria Eterna Martins de Oliveira.....19	Claudio Dias Ferreira.....26
Reinaldo Estevão Barros.....04	Regina Coeli Sisterolli Rogana.....13	Atayde José Guimarães.....20	Izabel Coutinho Pereira.....26
Cristina Marques Gontijo.....05	Ana Emilia W. Roosevelt Coutinho.....14	Maria das Dores Cardoso Rodrigues.....20	Ailton Pereira Botelho.....27
Edethildes Mendes Pinto.....05	Áureo Gaudenciot.....14	Sylvio de Almeida Gonçalves.....20	Maria Aparecida Machado.....28
Paulo Sergio Lages.....06	Cláudio Carneiro Pinto.....14	Fernando Hugo Resende Salgado.....21	Rosângela Nunes Pereira.....28
José Armando Estellai.....07	Elza Ferraz de Castro.....14	Rosane Barros Vianna Santos.....21	Fernando Faria de Siqueira.....29
Regina Ribeiro da Silva.....07	Nice Coelho de Andrade.....14	Isabel Cristina Vilas Boas Resende.....22	Francisco Vianna Furquim Werneck.....29
Cláudia Cunha de Almeida.....08	Rosane Maria Ferreira da Silva.....14	Lívia Lara Reis.....22	Jeanne Maria Auxiliadora Coutinho.....29
Márcio Soares Pereira.....08	Herbert Monteiro Andrade.....15	Maria Regina Gomes Paletta.....22	Mara Rúbia Figueiredo Cruz.....29
Sônia Maria Macedo de Rezende.....08	Maria das Graças Santos Timponi.....15	Natividade Irene Cattete de Athayde.....23	Heliane Muniz Santos.....30

OUTUBRO

Luis Carlos Miranda Smith.....01	Alairton Jose de Souza.....08	Mariza Maria Roman Guerra.....17	Helder Geraldo Miranda de Oliveira.....24
Maria Odila de Lima Garcia.....01	Ana Maria Castro Nascimento.....09	Telma do Carmo Ferreira.....17	Mário Gomes Ferreira.....24
Regina Martins Rocha.....01	Ivone de Sousa Barbosa.....09	Jane de Figueiredo Passos.....18	Maria da Glória Guimarães Bacelar.....25
Ângela Terezinha de Castro Ferreira.....02	Maria Selma de Carvalho.....10	Nacipe Jacob.....18	Ozair Geraldo dos Santos.....25
Marília Cabral Pinto.....02	Ledamar Graças Marques.....11	Roberto Ventura.....18	Terezinha Ribeiro Zanoni.....25
Eduardo Tadeu Farah.....03	Margot Andrade Silva de Alvarenga.....11	José Agnaldo Alves de Almeida.....19	Geraldo Alves de Souza.....27
Maria de Fátima Silvestre.....03	Isak Jacob Joukhadar.....12	Mara Calabria.....19	Rogério Branco Cerqueira.....27
Aristea Fonseca Barbosa.....04	Maria de Lourdes Miranda do Vale.....12	Marília Therezinha Martins Rosa.....19	Wilma Beatriz de Freitas Pinto Coelho.....27
Francisco de Assis Silva Araújo.....04	Cyro Moraes da Franca.....13	William José Devoti.....19	Marcos Barbonaglia da Silva.....28
Nadir Maria Carvalho dos Santos.....04	Efigenia Chaves Janoni.....13	Geraldo Márcio Secundino.....21	Victorino Sérgio Meirelles.....28
Noêmia Damato Dutra.....04	Heber Gideoni Batista.....13	Maria de Lourdes Fernandes.....21	Catharina Evanda Silveira.....29
Otávio Rodrigues Souza Filho.....04	Mário Borges do Amaral.....13	Otto Teixeira Filho.....21	Maria Auxiliadora Alves Ferreira.....29
Djalma de Almeida Porto.....05	Joelson Souza Oliveira.....16	Edson Kurschus de Oliveira.....22	Ademir Ribeiro de Sousa.....30
Márcia Maria de Souza Correa.....05	Mônica Cesar Lafeté Couto.....16	Vera Lúcia da Silva Ferreira.....22	Ilka Pereira Coutinho.....30
Sônia Maria Aguiar Siqueira.....05	Elvira Corrêa da Silva.....17	Conceição de Lourdes Panattoni Chaves.....23	Jairo Luiz Ragone de Araújo.....30
Mariângela Eduarda Braga Binda.....06	Hebe Ribeiro Portella.....17	Elizabeth Vaz Barbosa.....23	Janir Loureiro Araújo.....30
Glaston Urbano Ribeiro.....07	Iracema Arantes Corrêa.....17	Maria Margarida Rosa Vieira.....23	Ana Paula da Silva.....31
Jesus Aristóteles de Faria.....07	Maria da Conceição Chaves Campos.....17	Wilma Magalhães Pampolini Pereira.....23	Antônio Medeiros da Silva.....31

CONVÊNIO: MAIS ODONTO

A ANFIP-MG firmou convênio com a clínica Mais Odonto, por meio do qual associados terão condições especiais para fazer implantes dentários, colocar aparelhos ortodônticos e próteses fixas e móveis, fazer tratamento de canal, dentre outros serviços.

A clínica está localizada na Av. Afonso Pena, 748, conj. 311, no Centro de Belo Horizonte. Mais

informações podem ser obtidas pelo telefone (31) 3271-1355. O horário de funcionamento é das 8h às 20h, de segunda a sexta-feira.

Qualquer dúvida, entre em contato com a Associação pelo telefone (31) 3201-3582, pelo e-mail secretaria@anfipmg.org.br ou pessoalmente, na Rua Carijós, 150, 7º andar, Centro, BH/MG.

mais ODONTO
Mais saúde para o seu sorriso

Agora você tem um bom motivo para sorrir mais

Venha usufruir do que há de mais moderno e requintado em odontologia e seja atendido por uma das melhores equipes de profissionais de Belo Horizonte, em condições muito especiais para associados da ANFIP-MG.

- Implantes dentários
- Aparelhos ortodônticos
- Tratamento de canal
- Prótese fixa e removível
- Cirurgias Estéticas
- Odontopediatria
- Periodontia

Para mais informações consulte
(31) 3271-1355
Atend. em nosso stand-kt

Horário de funcionamento:
Segunda e sexta de 08:00 às 20:00
Manteremos também um convênio com:

FUSEX
postel
saúde

www.maisodonto.com.br
Av. Afonso Pena, 748 / conj. 311 - Centro
BH - MG - Cep: 30130-003

FALECIMENTOS

Maria Henriqueta Knüpfer | Aposentada-BH (21/04/2019)

Luiza Valadares de Paula | Pensionista-Barbacena (18/06/2019)

Henrique José Amorim | Aposentado-BH (17/07/2019)

Elson Jesus Vieira | Aposentado-BH (22/08/2019)

A ANFIP-MG solidariza-se com os familiares e, aos colegas que se foram, que Deus ilumine seus caminhos.

REFORMA TRIBUTÁRIA

FECOMÉRCIO-MG RECEBE REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA QUE DEBATE SOBRE O TEMA

Aconteceu no dia 12/07/2019, na Fecomércio-MG, em BH, uma reunião itinerante da Frente Parlamentar Mista da Reforma Tributária, ocasião em que os participantes discutiram as possibilidades de uma reforma tributária, especialmente a que está sendo proposta no PL 3129/19, do deputado federal Luiz Miranda (DEM/DF), presidente da Frente, o qual encampou o projeto **Reforma Tributária Solidária**, da ANFIP e da Fenafisco.



Especialistas e representantes de entidades debatem os projetos de reforma Tributária que tramitam no Congresso.

Também foram analisados aspectos das PECs 45/19 e 293/04 — do deputado federal Baleia Rossi (MDB/SP) e do ex-deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR), respectivamente —, as quais já tramitam no Congresso Nacional.

O evento contou com a presença dos então vice-presidentes da ANFIP: Sandra Tereza Paiva Miranda (VP Executiva), representando o então presidente Floriano Sá Neto; Ilva Franca (VP de Assuntos Parlamentares e VP de Política de Classe da ANFIP-MG); Décio Bruno Lopes (VP de Assuntos da Seguridade); e Cesar Roxo Machado (VP de Assuntos Tributários).

A mesa de honra do evento foi composta pela deputada federal Alê Silva (PSL/MG); pelo deputado estadual e vice-presidente da ALMG, Antônio Carlos Arantes (PSDB); pelo secretário-adjunto da Secretaria da Fazenda de MG, Luiz Cláudio Fernandes; pelos VPs da ANFIP Sandra Miranda e Cesar Roxo; pelo presidente da Fenafisco, Charles Alcantara; por diretores da Fecomércio; e pela representante do Sinfisco Nacional, Euzilene Ribeiro.

A deputada Alê Silva analisou as duas PECs que tramitam no Congresso (45/2019 e 293/2004), apontando seus pontos positivos e negativos, lembrou que o governo ainda deve apresentar sua proposta de reforma tributária e afirmou que as discussões devem ser levadas para as bases dos parlamentares. “A Frente Parlamentar foi criada para isso, para chegar nas bases, ouvir os envolvidos, produzir um material único. Nós somos milhões de interessados, mas vamos ter que criar um material único. E fico muito feliz da Fecomércio-MG ser a protagonista, a primeira entidade pública ligada ao comércio que promoveu esse encontro”, ressaltou.

Cesar Roxo apresentou aos participantes o projeto **Reforma Tributária Solidária** e, a pedido do deputado Luiz Miranda, o PL 3129/19. Segundo ele, com base no fruto do trabalho realizado pela ANFIP em parceria com a Fenafisco e mais de quarenta especialistas

(entre economistas e tributaristas) — os **livros A Reforma Tributária Necessária: Diagnósticos e Premissas** e **A Reforma Tributária Necessária – Justiça Fiscal é Possível** —, o problema principal do sistema tributário brasileiro é que ele é extremamente regressivo. “Dificilmente ouvimos falar que deve ser feita uma reforma tributária porque o nosso sistema é regressivo. O problema maior do nosso sistema tributário não é a complexidade, mas a alta carga tributária sobre o consumo, que tira o poder aquisitivo das pessoas, dificulta a concorrência das empresas. E isso faz com que a desigualdade de renda e a desigualdade social aumentem”, observou.

De acordo com ele, é possível ter um sistema tributário mais justo, com maior distribuição de renda e, ao mesmo tempo, desenvolvimento e crescimento econômico. Basta fazer com que os impostos sejam progressivos, ou seja, quanto maior a capacidade contributiva de alguém, maior a carga tributária para esse alguém.

Cesar Roxo defendeu então a redução da carga tributária per capita. “A única maneira de fazer isso é aumentar o PIB. E para aumentar o PIB, temos que mudar o sistema tributário que trava esse país”, afirmou.

Em seguida, discorreu sobre o PL 3129/19, do deputado Luiz Miranda. “As PECs que estão tramitando no Congresso, do Luiz Carlos Hauly e do deputado Baleia Rossi, têm uma coisa muito boa, que é a simplificação. Mas não atacam o cerne do problema, que é a carga tributária. Não reduzem a carga tributária sobre o consumo”, disse. “O deputado Luis Miranda apresentou um PL que é baseado em nossos estudos. Ele propõe uma reestruturação na tabela do Imposto de Renda, para torna-la mais progressiva. E o deputado ainda colocou algo que não está no nosso projeto, mas que acho louvável. Ele aumentou a progressividade da pessoa física e reduziu a tributação das empresas. Com essas propostas, haverá um

acréscimo de cerca de R\$ 63 bilhões por mês na arrecadação”, pontuou.

Para fechar sua apresentação, Roxo disse acreditar que o PL 3129/19 será o início de uma nova era no sistema tributário. “Espero que prospere, mas não é suficiente. É necessário que façamos ainda a redução da tributação sobre o consumo. Se não houver isso, não adianta mexermos na tributação sobre a renda, pois a concorrência vai continuar ruim e as pessoas vão continuar com o poder aquisitivo muito aquém do necessário”, concluiu.

A VP Sandra Miranda exaltou o trabalho desenvolvido pela ANFIP, de prestar informação à sociedade, e o compromisso que a entidade assumiu, ao longo de sua história, em prol da Seguridade e Previdência Social. “Além disso, desenvolvemos, agora, um trabalho único [a **Reforma Tributária Solidária**], junto com a Fenafisco e com a direção do professor [da Unicamp] Eduardo Fagnani. Esse trabalho trouxe todas as correntes possíveis para a discussão com relação à reforma tributária nesse país. A partir do momento em que o país tiver um processo isonômico, em que todos sejam tratados de forma igual, seja empresário ou trabalhador, de acordo com seu potencial financeiro, teremos essa redução”, informou.



Cesar Roxo apresenta a reforma Tributária Solidária e fala sobre o PL 3119/19, do deputado Luis Miranda (DEM/DF).

SITUAÇÃO DAS PEC'S

A PEC 45/19 está na Comissão Especial, em fase de debates e audiências públicas, inclusive com participação da ANFIP e da Fenafisco. Já a PEC 293/2004 foi aprovada na Comissão Especial no ano passado e está pronta para ser apreciada pelo Plenário do Congresso.

A ANFIP e a Fenafisco ainda avaliam o texto da PEC 110/2019, que tramita no Senado (está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa) e tem como base a PEC 293/2004.

A notícia completa está no endereço <http://bit.ly/2ICfIPQ>. Acesse!

>PEC 06/2019

SERVIDORES DISCUTEM PERDA DE DIREITOS EM SEMINÁRIO

A Frente Mineira Popular em Defesa da Previdência Social promoveu, no dia 09/08/2019, na sede da Affemg, em BH, o seminário **O Servidor Público na PEC 6/2019**, ocasião em que foram discutidas as ameaças da reforma da Previdência sobre os direitos dos servidores públicos efetivos.

Os palestrantes foram o presidente da Comissão de Direito Previdenciário, RPC – OAB/MG e Presidente do Ieprev, Roberto de Carvalho Santos, e o presidente da Comissão de Direito Previdenciário dos Servidores Públicos da OAB/MG e Diretor do IBDP, Nazário Nicolau.

A VP de Política de Classe da ANFIP-MG, Ilva Franca, representou a ANFIP-MG e a Frente Mineira. Também acompanharam o seminário a VP de Esportes e Eventos Sociais, Fátima Ponzó; a suplente do Conselho Executivo, Maria José Comanduci; e a suplente do Conselho Fiscal, Júlia Froes. Vários Auditores-Fiscais da RFB estavam presentes.

Na abertura do seminário, a VP Ilva Franca falou sobre a tramitação da PEC 6/2016 no Congresso Nacional, a qual já está tramitando no Senado Federal, após ser aprovada em dois turnos na Câmara dos Deputados. Ela ressaltou que ainda dá tempo de evitar a perda de direitos, especialmente dos servidores públicos. “Porém, se não nos unirmos, não só servidores públicos, mas outras categorias do Regime Geral, e não fizermos uma pressão, daqui a pouco não teremos mais nada para lutar, pois nossos direitos serão todos retirados. Então, faço um apelo, principalmente a vocês, servidores públicos, pensem um pouco na sua família, nos seus filhos e netos, pois essa PEC está acabando com a Previdência e a Seguridade Social”, observou.

Assista abaixo ao evento na íntegra no endereço bit.ly/2PcAUAR.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA PEC

Em sua exposição, Roberto de Carvalho Santos discorreu sobre as regras atuais e as principais alterações que a PEC 6/2019 estabelece no Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos.

Ele criticou, sobretudo, a exclusão que a PEC 6/2019 faz das regras de transição instituídas pela EC nº 20/1998 e a modificação da regra de transição da EC nº 41/03, o que incorre



em inconstitucionalidades, conforme ressaltou. “É um problema muito grave, uma clara afronta ao princípio da expectativa de direito e da segurança jurídica”, disse.

Outra dura crítica de Santos foi ao fim do descarte de 20% dos menores salários de contribuição, o que vai derrubar bastante o benefício de quem averbou, por exemplo, tempo de contribuição do Regime Geral com contribuição sobre um salário mínimo.

Roberto Santos ainda mencionou a questão de que não foi criada regra de transição para as regras de cálculo. “Você tem regra de transição para o acesso ao benefício, tanto no Regime Próprio quanto no Regime Geral. Mas não existe regra de transição, por exemplo, para quem está a um ano de completar os 85/95. A pessoa vai se aposentar com o fator de redução”, salientou.

As principais alterações podem ser conferidas nos slides da palestra, bastando acessar o endereço bit.ly/2TYIvBL.

AMEAÇAS AOS DIREITOS DOS SERVIDORES

A palestra de Nazário Nicolau versou sobre os inúmeros ataques que os servidores públicos sofrem em seus direitos, dia após dia, os quais se intensificam com a PEC 6/2019, mas não param por aí.

Inicialmente, ele fez um breve relato histórico para esclarecer que não há privilégio para os servidores públicos, como os governos e a mídia sempre alardeiam.

Ele disse que quando o servidor público passou a ter, em 1998, a obrigação de contribuir para que se sustentasse, já havia vários benefícios concedidos. “Então, quando se confrontava a contribuição previdenciária patronal e a do servidor com os benefícios já implementados, não era viável construir-se um fundo previdenciário autossustentável. E a ideia do governo não foi corrigir esse proble-

ma, mas sim diminuir direitos dos servidores públicos. Para tanto, argumentavam exatamente que o déficit previdenciário era insustentável, que os servidores públicos estão quebrando o país, são uma casta da sociedade que ganha muito bem, trabalha muito pouco e retorna prejuízo para a sociedade. Essa é a visão sempre vendida tanto pelo governo quanto pela mídia. Propagandeiam essa desídia do serviço público que sabemos que não é ver-

dade”, lamentou.

E os temas sobre os quais debateu a partir daí, em sua exposição, versaram exatamente sobre esse aspecto.

Assim, criticou o combate aos direitos dos servidores públicos; a ausência de estrutura no ambiente de trabalho; a ausência de concursos públicos; a contratação precária de servidores (contratos temporários); a terceirização de atividades; a retirada histórica de direitos no plano de carreira; a ausência de revisão obrigatória anual da remuneração (recomposição); e a terceirização de atividades do serviço público; dentre outros pontos. “Essas são situações que os governos passam pra gente e esquecem de contar à sociedade. São problemas que eles mesmo geram e querem cobrar a mesma qualidade de serviço das pessoas”, ponderou.

Nazário ainda frisou o aumento de precarização das carreiras do serviço público com o fim de enfraquecer o movimento sindical. “Todas as condutas de enfraquecimento do movimento sindical viabilizam a perda de direitos do cidadão”, disse.

Por fim, o presidente do IBDP citou o impacto da EC nº 95/2016 (Teto de Gastos), do PLS 116/2017, do PLP 51/2019 e do PL 4497/2001 na vida dos servidores.

“Sobre o Teto de Gastos, se houver descumprimento da dotação orçamentária, haverá reflexos diretos nos servidores. Primeiro, porque não se pode mais fazer concurso público imediatamente. Além disso, fica proibido dar reajustes e não se pode alterar o plano de carreira — se for para aumentar valores financeiros para os servidores. O único caso que tiraram do congelamento foi de rolamento de dívida pública e de juros. Ou seja, o servidor público saiu prejudicado, o banqueiro, não”, ressaltou.

O PLS 116/2017 e o PLP 51/2019 tratam da perda de cargo público por insuficiência de desempenho e o PL 4497/2001 dispõe sobre os limites de exercício de greve.

Para acessar a apresentação de Nazário Nicolau, vá ao endereço bit.ly/2KQMBc9.

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO: AGF GONÇALO COELHO

RUA GONÇALO COELHO, 56, CIDADE NOVA. BELO HORIZONTE/MG. CEP: 31.170-970